

ETNICIDADE E INTOLERÂNCIA O PORTUGUÊS NA DIÁSPORA EUROPÉIA*

*João Baptista Borges Pereira'***

Resumo: Este texto trata da imigração portuguesa em 1980, quando o autor, em projeto de pós-doutorado, estudou a família portuguesa rural, comparando-a com a análise efetuada por Willems na década de 50. Os fluxos migratórios para a França, que tiveram seu apogeu na década de 60 e início de 70, já tinham diminuído, também em decorrência das restrições impostas pelo governo francês. O estudo revelou a intolerância do europeu em relação ao imigrante estrangeiro, que expressa a dificuldade dos governos dos países de lidarem com a pluralidade de “diferentes” dentro de seu território.

Palavras-chave: Portugal. Emigração. Imigração. Intolerância.

Abstract: This text analyses the Portuguese emigration in 1980, when the author, during his post-doctoral research period, studied the rural family from Portugal and compared it to the analysis developed by Willems during the fifties. The migratory streams to France, especially, that reached the apogee in the decade of 60 and in the earlies 70, were already declining, in consequence also of the restrictions imposed by the French government. The study revealed the European intolerance directed to the foreign immigrant that express the difficult of several European governments in dealing with the plurality of the “different ones” inside their territory.

Keywords: Portugal. Emigration. Intolerance.

Este texto trata da emigração portuguesa em 1980, tema estudado pelo autor como tema de pós-doutoramento na Universidade de Coimbra, com bolsa da FAPESP. Esse estudo foi publicado na íntegra na Revista de Antropologia, sob o título de “Emigração e vida rural em Portugal” (PEREIRA, 1982). O objeto primeiro e mais específico da pesquisa era o de comparar a situação da família portuguesa rural ou camponesa nesse período à fase analisada pelo professor Emílio Willems, em texto pouco conhecido (WILLEMS, 1955). Willems realizou sua pesquisa de campo nos meados da década de 50 (século XX).

* Agradeço a gentileza do CERU por me dar a oportunidade de participar desta mesa-redonda, na qual estão pessoas com as quais mantenho, há anos, laços pessoais e intelectuais, como é o caso de Maria Izilda Matos, Zilda Yokoi, Maria Beatriz Rocha Trindade e a coordenadora Ana Maria Leitão.

** Professor Emérito da USP, professor pleno de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Ao chegar a Portugal, esse projeto se estendeu devido a três ordens de fatores:

1º: a conclusão de que seria impossível focar o tema sem relacioná-lo com o contexto migratório da época;

2º: a emigração portuguesa tinha como meta países desenvolvidos na Europa transpirenaica, especialmente França e Alemanha, notadamente a França.

3º: o fato de que Portugal passava por um instante político excepcional, que tocava diretamente o mundo rural, em especial a estrutura fundiária do país. O clima ainda era aquele tecido pelo “25 de abril”, a chamada Revolução dos Cravos. Salazar e seu Estado ditatorial haviam sido solapados, porém o novo regime ainda não se consolidara plenamente. Discuti-am-se, por exemplo, os freqüentes conflitos entre a Guarda Nacional Republicana e os trabalhadores agrícolas em torno de “invasões”, definição de “reservatório” aos antigos proprietários, as “pontuações” das safras e dos gados. Álvaro Cunhal era um dos grandes nomes desse quadro, quando se tratava de política de reforma agrária, que a cada dia obedecia a um desenho diferente, a busca de um modelo ideal.

Esse quadro de incertezas alimentava o ainda histórico desejo ou necessidade do português rural de sair à busca de novos destinos. O palco desses novos destinos não mais eram terras do além-mar, mas as nações européias pós 2ª Guerra mundialm sedentas de mão-de-obra para trabalhos recusados pelos nacionais.

Pesquisas mostram que países em crescente industrialização revelam uma tendência de baixar o emprego na agricultura e aumentar na indústria e no setor de serviços, caracterizando-se essa tendência última, à medida que o país se aproxima do modelo de sociedade pós-industrial – como é o caso da França e da Alemanha ocidental -, por um maior aumento do setor serviço em relação ao da indústria. Segundo Soares Barata (1973/74, p. 44/45), baseado em Bohning,

este processo que se conjuga com uma melhoria do nível de vida e uma mudança substancial no estilo de vida de grande massa, traz consigo grandes oportunidades de emprego nos setores de expansão. Os trabalhadores dos países industriais, cada vez melhor instruídos, tendem, pois se afastar dos empregos mais pesados ou menos bem pagos, e por isso menos prestigiantes. Na falta de uma alteração radical na escala de prestígio das diferentes funções, que torne mais interessantes os postos de trabalho mais modestos, sem os quais a economia não pode funcionar, isto significa a acentuação mais ou menos rápida da escassez da oferta de mão-de-obra para esse tipo de trabalhos. É o que está a se verificar em todos os países industriais da Europa Ocidental e que para W. R. Bohning deve ver ser vista como uma característica da estrutura das sociedades pós-industriais.

Em 1974, o governo francês colocou sérias restrições à entrada e permanência de imigrantes sujeitos ao regime comum, dentro do qual se inscreve o português, excluindo, porém, significativamente de tais restrições os trabalhadores sazonais (agricultura) e os da construção civil, exatamente, como se verá, os dois setores que mais incorporam os trabalhadores portugueses, assim impedindo que o fluxo migratório de Portugal fosse substancialmente afetado por tais medidas disciplinares.

Nessa Europa transpirenaica, a França transformara-se no grande pólo de atração para os estrangeiros de um modo geral, e do português em particular. Segundo algumas estimativas, havia na França, na altura de 1974, 4 milhões de imigrantes, representando 7% da população francesa.

OS PORTUGUESES EM FRANÇA

Quando não assalariados agrícolas, os portugueses dedicavam-se a trabalhos que exigiam pouca qualificação (*manœuvres*). Grande porcentagem desses imigrantes era aproveitada como operários de construção civil, o que lhes valia o apelido simplista e pejorativo de *bâtiment*.¹ O termo circulava não apenas na França como também em Portugal. A sua identidade étnica era eclipsada pela identidade construída pelo trabalho e deste derivava direta e cruamente.

Fora do trabalho, esses imigrantes viviam em péssimas condições, em geral na periferia das grandes cidades. Quando não estavam em alojamentos coletivos ou em bairros de barracas ou de latas (uma espécie de favelas brasileiras) – os famosos *bidonvilles* ou *macrobidonvilles* –, eles eram clientes do clássico *marchand de sommeil*² (por meio da sublocação, garantiam um canto numa dependência de uma casa ou uma simples cama para repouso provisório). Examinados desse ponto, Odile Rabut (1973, p. 637) mostra que os portugueses estavam, nos começos dos anos 70, em piores condições do que os demais imigrantes, à exceção dos argelinos e negros africanos, diretamente alcançados por manifestações de racismo que os levavam a uma indisfarçável situação de segregação.

Assim, “à porta das Faculdades, inquietam; queimados vivos, servem de pretexto; nas cidades obstruem; nos bairros sociais ocupam lugares; na área de um município tornam o presidente da câmara impopular; concentrados vêem-se muito, dispersos encontram-se por todo o lado” (BARATA, 1973/74, p. 228).

Como todo imigrante, tem na volta, no retorno à terra natal, o seu ideal de deslocamento para outras paragens.

¹ Construção, em francês.

² Comerciante de sono, em francês.

No caso do português, nesse período, essa aspiração tão acalentada levava-o a aplicar todos os seus ganhos em seu país, de preferência no seu “sítio” de origem. Lá eles construíam sua casa em estilo francês, compondo uma paisagem francesa em pleno território português. Em geral, tais casas eram construídas em terrenos próximos ao local de residência de sua família materna, revelando nesse procedimento forte princípio de matrilocalidade e matrifocalidade. Essas casas, construídas aos poucos, permaneciam fechadas por anos aguardando o tão sonhado retorno definitivo, que nem sempre se concretizava.

Enquanto os emigrados aguardavam sua volta definitiva, aproveitavam as férias, em geral no mês de julho, para rever o país. Em geral, chegavam em grande quantidade, em levadas sucessivas, incluindo no seu linguajar vocábulos franceses, dirigindo carros franceses, congestionando com sua presença os restaurantes e locais públicos. Por isso eram vistos, quase sempre, como indesejáveis, exibidores de bens com os quais os que não emigravam apenas sonhavam. Por isso, eram preconceituosamente chamados de “avec” e de “vacances”.

AS FACES DA INTOLERÂNCIA

Pelo que se escreveu neste texto, nota-se logo o delineamento da intolerância em relação ao estrangeiro, ao emigrante, ao outro, enfim. Isso em relação ao português em França. Nota-se, também, que o distanciamento do emigrante português da paisagem humana e do estilo de vida português, ainda que não o desligasse da pátria, o tornava algo “diferente” que, de certa forma, é alcançado por um tipo, ainda que mais ameno, de intolerância.

Em linhas gerais esta era a situação documentada há quarenta anos que mostra que as acusações de hoje a uma Europa, – e a uma França Republicana – agressivamente intolerante com os não nacionais tem uma história que se alonga além dos dias atuais. Hoje, o fenômeno apenas se acentuou. Talvez porque haja, no tempo presente, uma espécie de policiamento mundial contra práticas (e retóricas) de restrição aos direitos inalienáveis de um homem sem fronteiras. Talvez porque tenha se acentuado, de forma excepcional, os deslocamentos de populações em busca de novas oportunidades em outros países. Esses deslocamentos indicam uma inversão de fluxo: os países tradicionalmente de emigração transformam-se, rápida e indesejavelmente, em países de emigração. Tais países não sabem nem política, nem filosófica, nem cientificamente lidar com essa surpreendente pluralidade de “diferentes” em suas fronteiras. Tudo se passa como se a pluralidade transformada politicamente em diversidade afrontasse uma mal dissimulada ideologia monoracialista que molda o *ethos* de nação que passou por tantas fases políticas ao longo de sua história. Portugal também é alcançado

por esse processo, a partir de dois momentos históricos: o primeiro, que se situa no contexto político da liquidação do regime salazarista, examinado no início deste texto, é o momento da descolonização de seus territórios em África. Esse processo traz para dentro das fronteiras portuguesas grandes levas de populações africanas enquadradas desajeitadamente num mundo lusófono. Em excelente e recente pesquisa, Neusa M. M. Gusmão (2005) discute esse processo que colocou ao país problemas inéditos decorrentes dos contatos permanente entre os nativos e os “de fora”, entre o familiar e o estranho. O segundo momento da chegada ao país de “novos imigrantes” é marcado pela entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu. O preenchimento de vazios de sua estrutura ocupacional torna Portugal um país muito atraente para os que procuram novos destinos, entre os quais estão os brasileiros. Em síntese, à semelhança de outros países europeus, como a França, embora em escala menor, Portugal também caminha pelo trilho da metamorfose: de país de emigração para país de imigração. E, assim, entram em cena os “indesejáveis” ou, talvez, os necessariamente “indesejáveis”, desafiando com a preservação de suas identidades originais a identidade nacional portuguesa. Talvez porque o processo de globalização do mundo prenunciador da homogeneização de todos os povos, paradoxalmente, tenha estimulado a erupção e o fortalecimento de singulares culturais e etnicidades – tidas como mortas, abafadas historicamente ou simplesmente inventadas em condições adversas de vida.

Talvez todos esses fatores atuem conjugadamente para o fortalecimento de identidades étnicas incômodas, as quais mostram uma indesejável face do mesmo fenômeno: a intolerância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUITETURA popular em Portugal. Lisboa: Associação dos Arquitetos Portugueses, 1980.
 AZEVEDO, T. Integração intercultural: o caso do Minorato no Rio Grande do Sul. In: *Memórias Antonio Jorge Dias*. Lisboa, 1974. Vol. 1, p. 29-30.

BARATA, O. S. emigração e o êxodo rural em Portugal. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, série 93, n. 1, 3, 4, 6, jan./mar./abr./jun. 1973.

_____. A emigração em França. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, Lisboa, v. 21, p. 189-256, 1973/1974.

BONILHA, J. F. M. Análise sociológica da emigração numa aldeia portuguesa. *Boletim, Presidente Prudente*, n. 4, 1975a.

_____. A contribuição minhota ao contexto da emigração portuguesa para o Brasil. *Bracara Augusta*, Braga, v. 33, n. 75-76, jan./dez. 1975b.

CARVALHO, E. M. G. R. O fenômeno emigratório de Celorico Basto e Mondim de Basto. 1973. Tese (Doutorado) – Coimbra.

- CESAR, G. *O brasileiro na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem-tipo*. Lisboa: P.A.M. Pereira, 1969.
- CHEROBIM, Á. *A questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- CUTILEIRO, J. *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- DIAS, J. *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril*. Porto: Instituto para a Alta Cultura, 1953.
- DINIZ, P. *Kids of Francmoisin*. LUTA, 1978.
- GUSMÃO, N. M. M. *Os filhos da África em Portugal*. São Paulo: Autêntica, 2005.
- GREGOIRE, M. *Politique française de l'immigration*. Paris: Esprit, 1966.
- JORDÃO NETTO, A. Tentativa de classificação dos conceitos de migrantes trabalhadores temporários e trabalhadores volantes. *Documento técnico*, n. 4, São Paulo.
- MARGARIDO, A. Marânus: uma linguagem poética quase niilista. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, v. 10, 1976.
- MATOS, M. I.; SOUZA, F.; HECKER, A. (Orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: EDUSC, 2008.
- MINCES, J. Les travailleurs étrangers en France. In: CELIK, H. *Les travailleurs immigrés parlent*. Paris, 1970.
- OLIVEIRA, M. J. C.; PEREIRA, R. S. Envelhecimento e vitalidade da população portuguesa. *Análise social*, Lisboa, v. 1, n. 17, p. 23-56, 1º sem. 1967.
- PEREIRA, A. N. *Os contos de Fajão* (xilografia). Coimbra, 1979.
- PEREIRA, G. Aspectos das comunidades portuguesas no estrangeiro. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n. 1, 3, 4, 6, p. 175-176, 1973.
- PEREIRA, J. B. P. *Italianos no mundo rural paulista*. São Paulo: Pioneira/IEB-USP, 1974.
- _____. Emigração e vida rural em Portugal. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 25, 1982.
- PEREIRA, M. H. A política portuguesa de emigração: 1850-1930. Lisboa: A Regra do Jogo. 1981
- RABUT, O. Les étrangers en France. *Population*, Paris, n. 3, p. 637, 1973.
- SCHADEN, E. *A mitologia heróica das tribos indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, s.d.
- SERRÃO, J. *Emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, s.d.
- WILLEMS, E. *A família portuguesa contemporânea*. São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1955.
- _____. Mudanças estruturais-funcionais em comunidades campestres de cinco países europeus. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 8, n. 2, dez. 1960.